

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

Concurso Público Nível Superior

Cargo 1: Analista Judiciário Área: Judiciária

MANHÃ

CADERNO DE PROVAS

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

Aplicação: 27/2/2005

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cinquenta** questões, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenadas de **1 a 50**, e a prova discursiva, seguida de espaço para rascunho.
- 2 O rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- 8 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, em local indevido ou que tenha identificação fora do local apropriado.
- 9 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 28/2/2005, a partir das 10h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II 1.º e 2/3/2005 – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III 21/3/2005 – Resultado final das provas objetivas e provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e locais mencionados no item I.
- IV 22 e 23/3/2005 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V Os resultados finais da prova discursiva e do concurso serão divulgados nos locais mencionados no item III, em data a ser estabelecida na divulgação do resultado provisório da prova discursiva.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2004 – TRE/MT, de 6/12/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.

- Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nas questões que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – questões de 1 a 3

1 Volta-se a falar em reforma política, mas todos os que
a pregam, dentro da tradição brasileira, querem-na porque não
a querem; pretendem fazê-la de tal forma que o poder
4 permaneça com as oligarquias. O sistema eleitoral terá de ser
de tal ordem que o poder de fato não saia das mãos dos
descendentes daquelas famílias que, acompanhando D. João
7 VI, aqui se instalaram, em nova e mais efetiva colonização
política do Brasil.

O argumento reacionário das elites é sempre o mesmo:
10 o povo não está preparado para o poder. Confundem, e
confundem porque é conveniente, o povo — entidade política
— com a população geral do país. Uma das tarefas do sistema
13 democrático, no entanto, é exatamente a da promoção da
cidadania, por meio da universalização do ensino de boa
qualidade e da prática política. Só assim podem ser
16 incorporados ao povo, como coletividade de cidadãos,
aqueles indivíduos desinformados que são hoje instrumento
eleitoral — e justificador, com seu voto — das inamovíveis
19 elites.

Mauro Santayana A pirâmide e o trapézio.
In: *Correio Braziliense*, 6/1/2005 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Considerando as inferências permitidas pelo texto I, assinale a opção correta.

- A O tema da reforma política no Brasil é constante porque todos os que realmente a querem estão, recorrentemente, pregando a seu favor.
- B A falta de preparo do povo para votar é um dos argumentos das elites para a desejada mudança inerente à democracia.
- C Como resultado da universalização do ensino e da prática política, um sistema democrático trata, igualmente, os indivíduos desinformados e os informados.
- D A coletividade de cidadãos corresponde à população geral do país e é formada tanto pelos indivíduos informados como pelos desinformados.
- E Querer a reforma política, sem a querer, corresponde a manter o poder nas mãos das mesmas famílias que colonizaram politicamente o Brasil.

QUESTÃO 2

Nos itens seguintes, julgue se as alterações propostas para o texto I respeitam o emprego dos sinais de pontuação e a coerência textual.

- I Substituição da vírgula depois de “política” (ℓ.1) por dois-pontos.
- II Inserção de vírgula logo depois de “ordem” (ℓ.5).
- III Retirada da vírgula logo após “Confundem” (ℓ.10).
- IV Substituição dos travessões que demarcam “entidade política” (ℓ.11) por parênteses.
- V Retirada da vírgula logo depois de “cidadania” (ℓ. 14).

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 3

Assinale a opção **incorreta** a respeito do emprego das estruturas lingüísticas no texto I.

- A O emprego do pronome em “Volta-se” (ℓ.1) indica um sujeito indeterminado, impessoal, de sentido geral, que textualmente pode corresponder à idéia de **nós**.
- B Os pronomes átonos em “querem-na” (ℓ.2) e “fazê-la” (ℓ.3) correspondem ao mesmo referente, “reforma política” (ℓ.1), que também poderia ser expresso pelo pronome **a**, se estivesse em outro lugar na frase.
- C O sujeito de “Confundem” (ℓ.10) não precisa ser explicitado porque é o mesmo da oração imediatamente anterior.
- D Na linha 13, a retirada do vocábulo “da” imediatamente antes de “promoção” alteraria as relações semânticas do texto, mas preservaria a coerência textual.
- E O advérbio “assim” (ℓ.15) refere-se à idéia da “promoção da cidadania” (ℓ.13-14), viabilizada por dois fatores mencionados na oração anterior.

Texto II – questões 4 e 5

1 Volta-se a falar em reforma eleitoral no Brasil. Mas a
reforma eleitoral terá que ser acompanhada da redistribuição
do poder político. É preciso restaurar o pacto federativo, de
4 tal maneira que, na primeira etapa, a União devolva ao estado
o poder e os recursos que usurpou ao longo dos últimos
quarenta anos. Em seguida, que o município assuma todos os
7 poderes que puder exercer. É do senso comum que o poder
será tanto mais democrático quanto mais próximo estiver do
cidadão. Por isso, a liberdade de organização partidária não
10 pode ser apenas ideológica ou doutrinária: deverá ser
geográfica, federativa.

Idem, ibidem (com adaptações).

QUESTÃO 4

Com referência ao texto II, julgue os itens abaixo.

- I O autor do texto defende que a redistribuição do poder político tem como consequência a reforma eleitoral.
- II A defesa da liberdade de organização geográfica e federativa constitui um argumento para preservar o poder da União.
- III A argumentação do texto visa reforçar o poder político de quem está mais próximo do cidadão, do município.
- IV Subtende-se da argumentação do texto que a reforma eleitoral no Brasil deverá ser feita em etapas.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

QUESTÃO 5

No texto II, haveria erro gramatical e incoerência textual caso se substituísse

- | | | |
|------------------|-----|----------------|
| A “em” (l.1) | por | de. |
| B “que” (l.2) | por | de. |
| C “É” (l.3) | por | Será. |
| D “assuma” (l.6) | por | assume. |
| E “pode” l.10) | por | poderá. |

Texto III – questões de 6 a 8

1 A Semana de 22 marcou o início da afirmação cultural
brasileira. Nos anos 30 há um intenso processo de construção
do imaginário nacional, mesmo com um certo viés autoritário.

4 A importância histórica dessa construção fica clara no
pós-guerra até o período JK, quando a exaltação do país passa
a ser feita por todos, de músicos a esportistas.

7 O subdesenvolvimento é como a miséria. Mais do que
a falta de recursos, é um estado de espírito, uma baixa
auto-estima que impede pessoas e nações de terem vontade da
10 superação.

A parcela internacional-provinciana do país é restrita,
sem expressão política e econômica e sobreviverá por mais
13 algum tempo, enquanto tiver serventia para os efetivamente
poderosos.

No mais, os jornalistas somos basicamente brasileiros,
16 assim como o Poder Judiciário, juízes e advogados,
engenheiros e médicos, a classe política, as pequenas e
médias empresas, a universidade pública, parte relevante da
19 intelectualidade, os músicos, a classe artística e, obviamente,
o povão.

Por tudo isso, dá para ter esperança de que a grande
22 noite de provincianismo, de descompromisso com o país, em
breve não será mais do que um desses rascunhos que, no
máximo, ajudarão a reescrever a história pitoresca do país.

Luis Nassif. Os internacionalistas. Folha de S. Paulo, 12/12/2004 (com adaptações).

QUESTÃO 6

Julgue os itens a seguir, que apresentam propostas de paráfrases para parágrafos indicados do texto III.

- I (segundo parágrafo) No período JK, de pós-guerra, fica clara a exaltação do país de músicos e esportistas, a todos que possam fazer a importância histórica dessa construção.
- II (quarto parágrafo) Enquanto for de serventia para os efetivamente poderosos, a parcela internacional-provinciana do país, que é restrita e sem expressão política e econômica, sobreviverá por mais algum tempo.
- III (sexto parágrafo) Em breve, dá para ter esperança que a grande noite de descompromisso, que representa o provincianismo, ajudará por tudo isso, a reescrever a história pitoresca do país, no máximo, como mais um rascunho.

Assinale a opção correta.

- A Os itens I e III apresentam problemas gramaticais e apenas II respeita corretamente as idéias do texto.
- B O item III apresenta problemas gramaticais e apenas I e II respeitam corretamente as idéias do texto.
- C Nenhum item apresenta problemas gramaticais, mas apenas II e III respeitam as idéias do texto.
- D Nenhum item respeita as idéias do texto, apesar de todos apresentarem correção gramatical.
- E Todos os itens respeitam as idéias do texto e apresentam correção gramatical.

QUESTÃO 7

Haverá erro gramatical no texto III, caso se substitua

- A “um intenso processo” (l.2) por **intensos processos**.
- B “terem” (l.9) por **ter**.
- C “sem expressão” (l.12) por **não têm expressão**.
- D “os jornalistas somos” (l.15) por **nós, os jornalistas, somos**.
- E “ajudarão a reescrever” (l.24) por **ajudará a reescrever**.

QUESTÃO 8

Assinale a opção em que o termo sublinhado **não** tem natureza nominal e, por isso, complementa o verbo, elemento principal do predicado da oração em que ocorre no texto III.

- A “fica clara no pós-guerra” (l.4-5)
- B “é como a miséria” (l.7)
- C “é um estado de espírito” (l.8)
- D “dá para ter esperança” (l.21)
- E “será mais do que um desses rascunhos” (l.23)

Texto IV – questões 9 e 10

1 Em geral, os oprimidos falam muito. Fala muito a oposição, os críticos da política econômica. Não param de falar os que discordam, estão assustados com as decisões do que perderam, os que não são

4 ouvidos.
No passado pré-industrial, antes das fábricas e do barulho ensurdecedor de tantas máquinas, Deus estava associado ao som — ao

7 trovão, o sino da igreja. A onda sonora isolada e grave anunciava uma única vez o que era importante e determinava o que tinha que ser feito.
Hoje tudo é comentado, discutido, criticado.

10 Quem discorda, escreve, reclama, faz uma barulheira. Por meio de jornais, Internet e celulares. Os poderosos são lacônicos e negativos — Não! Mantêm o silêncio respeitoso de quem escuta e não ouve.

João Sayad. Um minuto de silêncio. TAM magazine, dez./2004 (com adaptações).

QUESTÃO 9

No texto IV, sem se levar em consideração os ajustes necessários na pontuação e no uso de letras maiúsculas e minúsculas, provoca-se erro gramatical e incoerência textual ao se deslocar o termo

- A “Em geral” (l.1) para logo depois de “os oprimidos” (l.1).
- B “a oposição” (l.1) para logo após “os críticos da política” (l.1-2).
- C “os que não são ouvidos” (l.3-4) para imediatamente antes de “os que discordam” (l.2).
- D “No passado pré-industrial” (l.5) para logo antes de “Deus” (l.6).
- E “isolada e grave” (l.7) para imediatamente antes de “A onda sonora” (l.7).

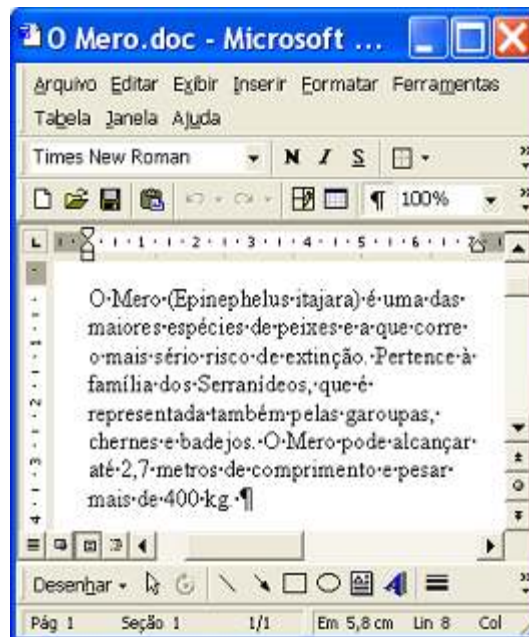
QUESTÃO 10

Assinale a opção correta a respeito das idéias e das estruturas linguísticas do texto IV.

- A A inserção da expressão **os que** logo antes de “estão assustados” (l.3) preserva a coerência textual e o paralelismo sintático entre os termos da enumeração.
- B A substituição de “o sino” (l.7) por **ao sino** provocaria erro de regência e incoerência textual.
- C Na linha 12, a retirada do advérbio “Não!”, iniciando a última oração do texto, não prejudica a correção e a coerência textual porque a negativa já está implícita em “silêncio”.
- D O emprego da flexão do verbo “Mantêm” (l.12) deve-se à concordância com o pronome “quem” (l.12).
- E Depreende-se da argumentação do texto que as formas verbais “escuta” e “ouve”, ambas na linha 12, são sinônimos textuais.

Texto V – questões de 11 a 13

A figura a seguir ilustra uma janela do Word 2000 contendo um documento em processo de edição, sendo executada em um computador cujo sistema operacional é o Windows XP.





QUESTÃO 11

Considere que, em cada ocorrência, o termo “Mero” foi inserido no documento em edição mostrado no texto V após a realização do seguinte procedimento: no local onde se deseja inserir o referido termo, pressionar e manter pressionada a tecla **A1**; teclar **F12**; liberar a tecla **A1**. Nessa situação, assinale a opção correta.

- A A combinação de teclas utilizada para a inserção automática da palavra Mero no documento pode ser definida por meio da ferramenta Teclado, encontrada no Painel de controle do Windows XP.
- B Para que a palavra Mero seja inserida após a realização do procedimento mencionado, foi necessária a criação de uma entrada automática de texto, por meio de funcionalidades disponibilizadas ao se clicar o menu **Ajuda**.
- C Após a realização do procedimento mencionado, o botão **Ajuda** ficará ativado. Então, se esse botão for clicado, a palavra Mero será novamente inserida no documento em edição.
- D Considere que, antes da realização do procedimento mencionado, os botões **N**, **I** e **S** sejam ativados. Nesse caso, ao se realizar o referido procedimento, a palavra Mero será inserida no documento com a fonte em negrito, itálico e sublinhado.
- E Se, antes da realização do procedimento mencionado, o botão **Mero** fosse clicado, a palavra Mero seria inserida no documento com uma borda externa, na forma **Mero**.

QUESTÃO 12

Com referência à janela do Word 2000 e ao documento em elaboração mencionados no texto V, assinale a opção correta.

- A Considere que se deseje enviar o documento em elaboração para um destinatário de *e-mail* por meio de uma mensagem de correio eletrônico. Nesse caso, é necessário salvá-lo em arquivo do tipo .htm de forma a poder anexá-lo na mensagem eletrônica.
- B Mantém-se a correção gramatical e as idéias do texto, após a realização das seguintes ações: aplicar um clique duplo sobre “metros”; teclar **N**.
- C Considere a realização do seguinte procedimento: pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **T**; liberar a tecla **Ctrl**; clicar ; clicar . Após essas ações, será aberta uma segunda janela do Word, contendo um parágrafo idêntico ao mostrado na janela “O Mero.doc”.
- D Para se imprimir apenas o trecho “Pertence (...) badejos.”, é possível fazê-lo por meio de opção disponibilizada ao se clicar o botão direito do *mouse* após selecionar o trecho mencionado.
- E Caso se clique com o botão direito do *mouse* sobre “Serranídeos”, será disponibilizada uma lista de opções, uma das quais permite pesquisar, no dicionário de sinônimos instalado, o significado do referido termo. Caso esse termo não seja encontrado nesse dicionário, a opção usada permite ainda uma busca do termo na Internet, caso o computador em uso esteja devidamente conectado em rede.

QUESTÃO 13

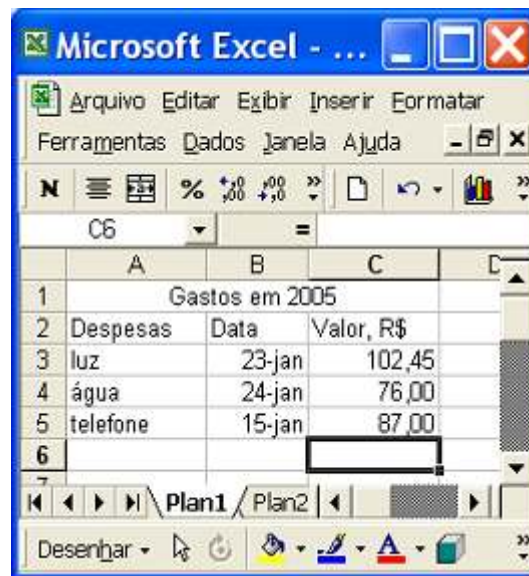
Considere que se deseje usar o Word 2000 para a criação de um relatório contendo, entre outras, as seguintes partes:

- | | |
|-------------------|---------------|
| I folha de rosto; | IV objetivos; |
| II índice; | V análise. |
| III resumo; | |

A partir das informações acima, assinale a opção **incorreta**, considerando a janela do Word incluída no texto V.

- A Considere que a folha de rosto não deve ser numerada, que a folha contendo o índice deve ser numerada com algarismos romanos e que as folhas a partir do resumo devem ser numeradas com algarismos arábicos. Nesse caso, para se usar a opção Números de páginas do menu **Inserir**, será necessário dividir o relatório em questão em pelo menos duas seções.
- B Para a criação automática do índice, é necessário configurar o parágrafo de cada uma das partes do relatório com o estilo Índice analítico.
- C Caso se deseje utilizar o relatório criado como um modelo para a elaboração de futuros relatórios, é conveniente usar a opção Salvar como do menu **Arquivo** para salvar o documento em um arquivo com extensão do tipo .dot.
- D Por meio de opção encontrada no menu **Exibir**, é possível definir cabeçalhos diferentes para as páginas pares e ímpares do relatório.
- E Considere que a folha de rosto esteja definida em uma seção separada. Nesse caso, por meio da opção Configurar página, encontrada no menu **Arquivo**, é possível centralizar verticalmente o texto contido na página referente a essa folha de rosto.

QUESTÃO 14



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Excel 2000 contendo uma planilha em elaboração, assinale a opção **incorreta**.

- A No menu **Formatar**, encontra-se a opção Célula, que permite definir células selecionadas como Data e tendo o formato abreviado, como nas células B3, B4 e B5.
- B Ao se clicar **1**, todas as células da linha 1 serão selecionadas. Se, após essa ação, o botão **N** for clicado, o termo “Gastos em 2005” ficará com a fonte em negrito.
- C Considere que, ao se posicionar o ponteiro do *mouse* exatamente na interface entre as colunas B e C, o cursor do *mouse* fique alterado para o formato de dupla seta. Nessa situação, se for aplicado um clique duplo no *mouse*, a largura da coluna B será reduzida.
- D Caso se deseje ocultar determinada coluna selecionada da planilha, é possível fazê-lo por meio de opção encontrada no menu **Janela**.
- E Na situação mostrada, considere que se digite =Mínimo(C3:C5) e, em seguida, se tecla **Enter**. Após esse procedimento, a célula C6 ficará preenchida com o valor 76,00.

QUESTÃO 15

Um vírus que infecta telefones celulares ganhou manchetes no noticiário internacional. “Nós achamos que ele é perigoso, pois disponibilizou na Internet um código malicioso para telefones móveis que pode afetar muitos usuários”, disse o diretor de uma empresa finlandesa de segurança ao The New York Times. O código criado utiliza a tecnologia *bluetooth* para propagar-se. A infecção pode acontecer quando dois usuários de aparelhos com esse sistema de transmissão de dados se cruzam na rua — para isso, a tecnologia que possibilita a transferência deve estar ativada e o usuário precisa aceitar o arquivo desconhecido. Apesar da fácil propagação, esse não é um vírus perigoso, pois não rouba dados ou desinstala programas. Seu objetivo é ser transmitido para outro aparelho, utilizando uma técnica que Velasco, seu criador, chama de “prova de conceito”. Para propagar-se, o vírus usa o sistema operacional Symbian, adotado por gigantes do setor.

Internet: <<http://www1.folha.uol.com.br>> (com adaptações).

Com relação ao texto acima e ao tema por ele tratado, julgue os itens seguintes.

- I Com base nas informações do texto, é correto inferir que o vírus criado por Velasco para infectar telefones celulares é da família de vírus denominados cavalos-de-troia.
- II Para que o vírus criado por Velasco seja transferido entre celulares com tecnologias *bluetooth* e Symbian, é necessário que os celulares estejam próximos de, no máximo, 5 m, pois a tecnologia *bluetooth* usa ondas do infravermelho para transmitir informações.
- III Apenas celulares que utilizam a tecnologia GSM podem ser afetados pelo vírus criado por Velasco, pois a tecnologia *bluetooth* não é suportada por aparelhos que utilizam outras tecnologias de transmissão de voz.
- IV A tecnologia Symbian, mencionada no texto, permite que determinados programas sejam executados em aparelhos celulares que disponham dessa tecnologia.
- V A tecnologia *bluetooth* não permite que dois celulares troquem informações na mesma velocidade que dois computadores poderiam trocá-las caso estivessem conectados em rede *wireless*, no padrão WLAN 802.11b, que permite taxas de 2 Mbps.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e V.
- C II e III.
- D III e IV.
- E IV e V.

QUESTÃO 16

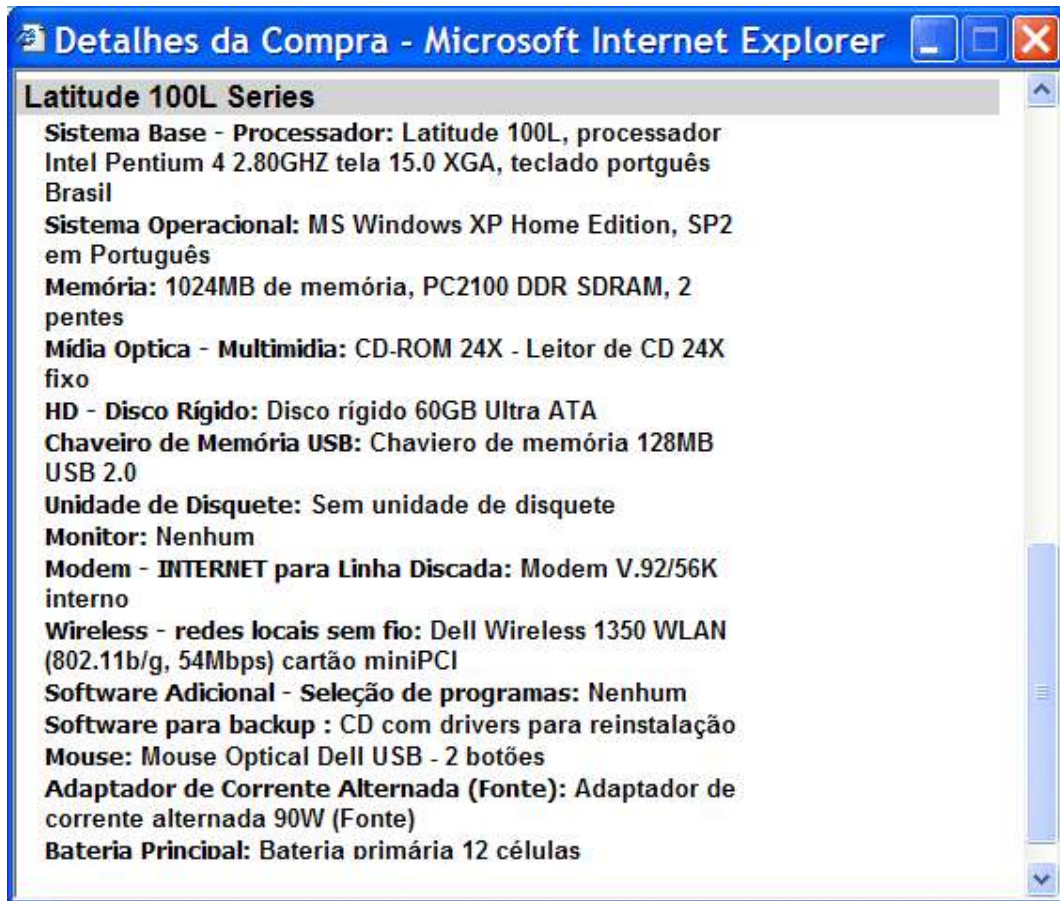


Considerando a janela do Windows XP ilustrada acima, julgue os itens seguintes, considerando ainda que essa janela esteja em execução em um computador PC.

- I A janela ilustrada pode ser executada a partir da janela Painel de Controle do Windows XP.
- II A partir da situação ilustrada na figura, para se alterar a data no computador para o mês de março de 2005, é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar no menu suspenso com 'fevereiro' selecionado; na lista de opções que aparece em decorrência dessa ação, selecionar a opção referente ao mês de março, operação que ativará o botão 'Aplicar'; após a ativação desse botão, clicar-lo.
- III É possível ajustar a hora no computador pressionando e mantendo pressionado o botão direito do mouse sobre um dos ponteiros do relógio mostrados na figura e fazendo-o girar no sentido horário ou anti-horário. Após selecionar a hora desejada e liberar o botão direito do mouse, o referido ajuste poderá ser confirmado ou cancelado, utilizando-se para isso, respectivamente, os botões 'OK' e 'Cancelar'.
- IV Por meio da guia 'Horário na Internet', é possível sincronizar a hora no computador com a hora de um servidor na Internet.
- V Por meio dos recursos disponibilizados na guia 'Fuso horário', é possível se definir o período de horário de verão utilizado no Brasil. Tendo sido definido esse período, automaticamente a hora do computador é ajustada quando da entrada e da saída do horário de verão.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e IV.
- B I, III e IV.
- C I, III e V.
- D II, III e V.
- E II, IV e V.

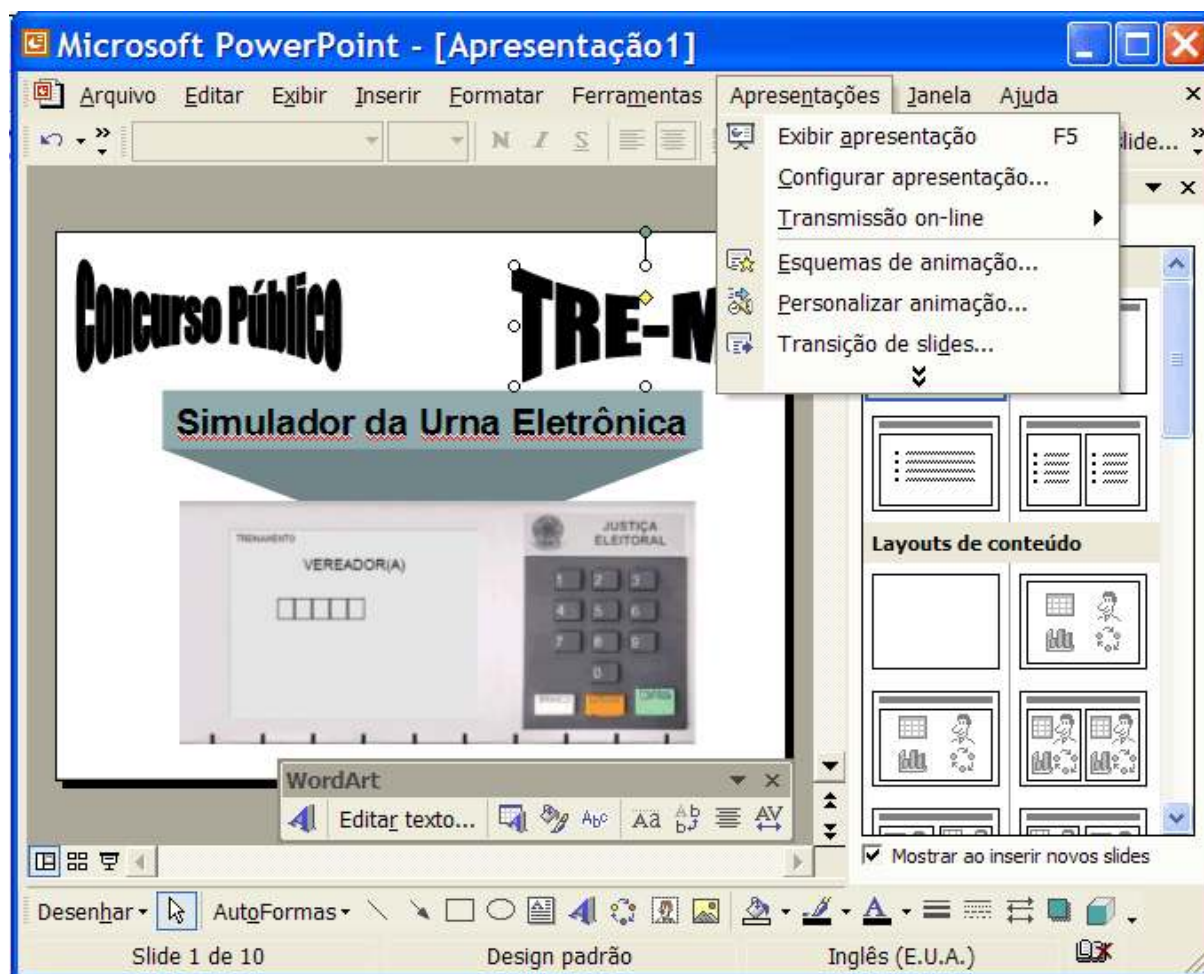


A janela ilustrada acima apresenta as especificações técnicas de um computador, bem como a descrição de acessórios compatíveis às suas disponibilidades de *software* e *hardware*. Com relação a esse computador, julgue os itens a seguir, tendo como base as suas especificações.



- I De acordo com a descrição, é correto afirmar que se trata de um *desktop*.
- II O computador possui pelo menos duas portas USB, mas não possui unidade de disquete de 3½".
- III O computador não possui gravador de DVD e seu *winchester* é capaz de armazenar o conteúdo de mais de 60 unidades de CD.
- IV O computador possui 1.024 MB de capacidade de memória RAM, cuja velocidade de acesso por parte do processador para armazenamento e leitura de dados é igual a $2 \times 2,8$ GHz.
- V O computador possui *hardware* necessário para conexão em redes *wireless* LAN 802.11b, em redes ópticas a taxas de até 54 Mbps e em redes com acesso ADSL.

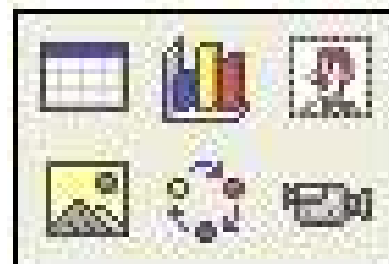
Estão certos apenas os itens

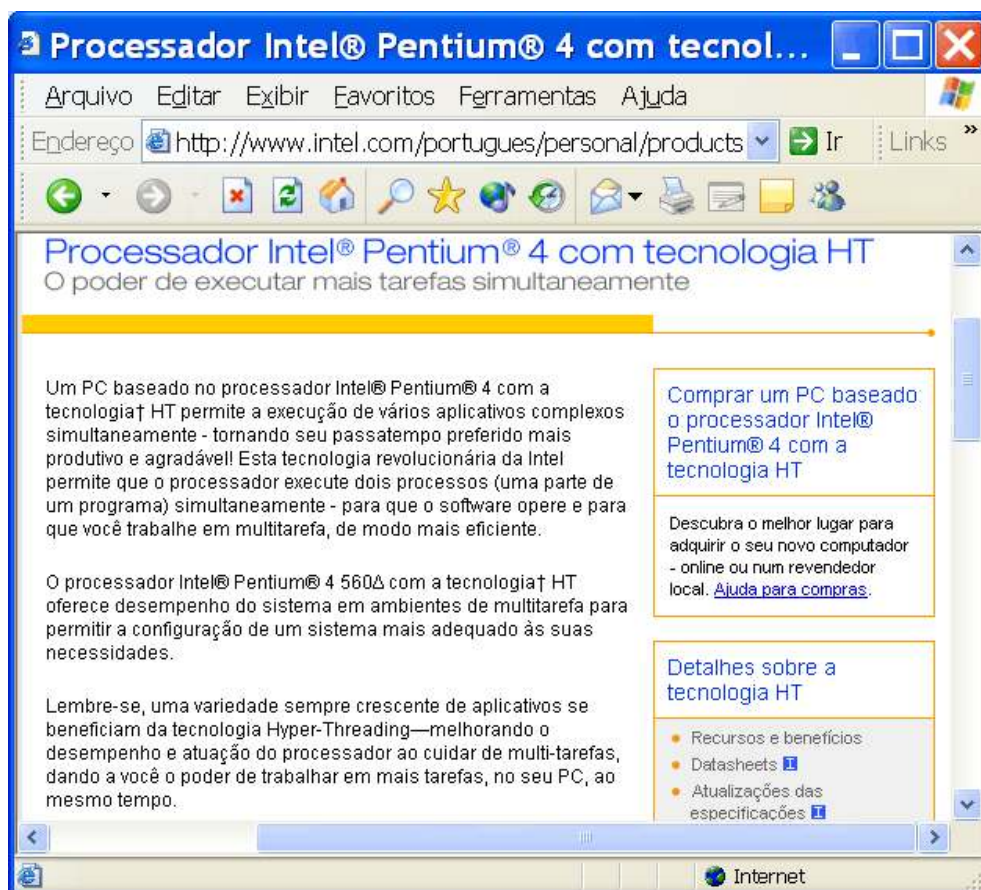
- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D III e V.
- E IV e V.






A figura acima ilustra uma janela do PowerPoint 2002, contendo uma apresentação em processo de edição. Considerando a situação em que se encontram a janela e a apresentação, assinale a opção correta.

- A Por meio da opção **Transmissão on-line**, é possível enviar a apresentação em edição como arquivo anexado a uma mensagem de correio eletrônico.
- B As informações contidas na janela ilustrada são suficientes para se concluir que recursos acessíveis ao se clicar a opção **Transição de slides...** do menu **Apresentações** foram utilizados para editar o *slide* mostrado na referida janela.
- C O botão , na barra de ferramentas de desenho, permite inserir um objeto WordArt no *slide* em edição. Após inserir um objeto WordArt, é possível, por meio do botão , dispor as letras de um objeto WordArt selecionado na linha vertical, em vez de na linha horizontal, como está ilustrado.
- D Sabendo que o objeto referente à urna eletrônica ilustrado no *slide* corresponde a uma figura, é possível que essa figura tenha sido inserida nesse *slide* por meio de opção encontrada no menu **Ferramentas**.
- E Por meio das opções disponibilizadas no campo intitulado **Layouts de conteúdo**, é possível configurar o leiaute de um *slide* em edição, utilizando-se esquemas propostos pelo PowerPoint 2002, com conteúdos identificados pelos ícones mostrados na figura ao lado.

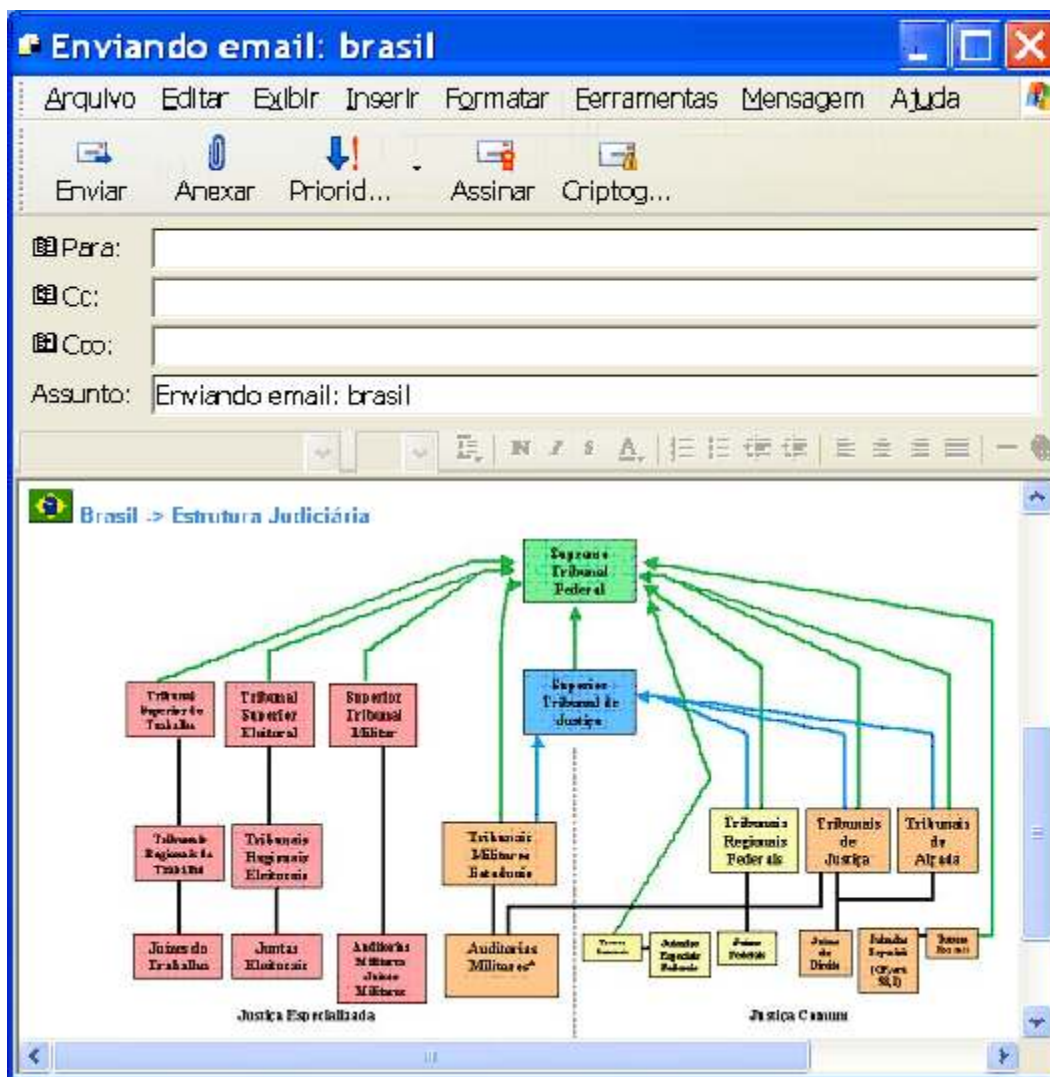





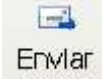
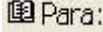
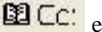
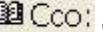

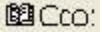
Considerando a janela do Internet Explorer 6 (IE6) mostrada na figura acima e as informações contidas na página *web* ilustrada, assinale a opção correta, considerando ainda que essa janela esteja em execução em um computador PC, cujo sistema operacional é o Windows XP Professional.

- A O menu **Exibir** disponibiliza recursos para o ajuste do tamanho da fonte de texto a ser visualizado em uma página *web* acessada.
- B Segundo o texto contido na página *web* ilustrada, o Pentium® 4 com a tecnologia HT permite que vários processos sejam executados simultaneamente em um computador. Essa característica, obtida no caso por *hardware*, já era possível por meio de recursos de *software* do sistema operacional Linux, mas ainda não era disponível em computadores com sistema operacional da família Windows.
- C As informações contidas na janela do IE6 são suficientes para concluir que a página *web* ilustrada é do tipo segura, em que se necessita de senha e de certificado de autenticidade para que o acesso seja liberado.
- D Caso se deseje atualizar o conteúdo visualizado da página *web* ilustrada, é suficiente clicar o botão , na barra de *status* do IE6, ou o botão .
- E Ao se clicar o ícone , na barra de *status*, é possível que seja executada a janela ilustrada ao lado.





Considerando a figura acima, referente ao Outlook Express 6 (OE6), do Windows XP Professional, assinale a opção correta.

- A Ao se clicar , será iniciado processo de envio de mensagem de correio eletrônico com baixa prioridade.
- B Ao se clicar , o OE6 acusará erro, pois esse aplicativo não permite o envio de mensagem com o conteúdo mostrado.
- C Ao se inserir informações nos campos indicados por , , e , e clicar a opção Verificar nomes, no menu **Ferramentas**, o OE6 iniciará procedimento de verificação da correção dessas informações quanto à sintaxe padrão de endereço eletrônico de correio.
- D Por meio do botão , é possível anexar um arquivo à mensagem de correio que se está editando. Quando se anexa um arquivo a uma mensagem de e-mail, o OE6 automaticamente comprime o arquivo e lhe aplica técnicas de criptografia, tendo como objetivo facilitar a transmissão da mensagem e torná-la mais segura.
- E O campo  indicado pode ser excluído da janela acima ilustrada por meio de opção encontrada no menu **Inserir**.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Em relação ao direito constitucional, assinale a opção correta.

- A A norma constitucional que prevê a liberdade de convicção religiosa tem maior hierarquia que a norma constitucional que estabelece a imunidade tributária dos locais destinados a cultos religiosos.
- B Compete ao Poder Legislativo fiscalizar as atividades do Poder Executivo.
- C Compete ao presidente da República apreciar, para fins de sanção ou veto, as leis ordinárias e complementares, as emendas à Constituição da República e os decretos legislativos.
- D Havendo colisão entre um princípio constitucional previsto no texto original da Constituição da República e um princípio introduzido por emenda constitucional, deve prevalecer o primeiro.
- E É vedado ao Poder Judiciário interpretar ampliativamente normas definidoras de direitos fundamentais.

QUESTÃO 22

Considere que o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE/MT) tenha declarado incidentalmente a inconstitucionalidade de uma lei eleitoral. A respeito dessa situação, assinale a opção correta.

- A A referida decisão somente poderia ter sido tomada mediante voto de dois terços dos membros do TRE/MT.
- B A referida declaração teria efeitos *erga omnes*.
- C O TRE/MT teria efetuado controle de constitucionalidade por via de ação.
- D O TRE/MT teria efetuado controle concentrado de constitucionalidade.
- E O TRE/MT teria efetuado controle concreto de constitucionalidade.

QUESTÃO 23

Considere que o presidente da República tenha apresentado projeto de lei dobrando a pena cominada a determinado crime eleitoral. Em relação a essa situação, assinale a opção correta.

- A Para ser aprovado, o referido projeto precisaria do voto favorável da maioria absoluta dos deputados federais e senadores da República.
- B Por ter sido apresentado pelo presidente da República, o referido projeto não precisaria ser submetido à sanção presidencial, caso viesse a ser aprovado pelo Congresso Nacional.
- C Seria incompatível com a Constituição da República dispositivo do referido projeto de lei que determinasse que ele entraria em vigor no primeiro dia do ano seguinte ao da sua publicação.
- D Violaria a Constituição da República a edição, pelo presidente da República, de medida provisória acerca da matéria versada no referido projeto de lei.
- E Caso o referido projeto de lei tivesse sido aprovado e promulgado, seriam automaticamente dobradas as penas das pessoas que, na data em que a respectiva lei entrasse em vigor, se encontrassem presas pela prática do crime cuja pena seria majorada.

QUESTÃO 24

Considerando que André tenha tomado posse em cargo efetivo de analista judiciário lotado no TRE/MT e que ainda não tenha entrado em exercício, assinale a opção correta.

- A Ao completar cinco anos de exercício, André terá direito a licença remunerada de até três meses para, no interesse da administração, participar de curso de capacitação profissional.
- B Enquanto não entrar em exercício, André não poderá ser considerado investido no cargo público para o qual foi nomeado.
- C Após entrar em exercício, André somente poderá ser condenado pela prática de infração administrativa disciplinar à pena de advertência ou de suspensão mediante processo administrativo disciplinar, em que seja garantida a ampla defesa.
- D André somente poderá ser nomeado para cargo em comissão no TRE/MT após adquirir estabilidade no cargo de provimento efetivo para o qual foi nomeado.
- E André adquirirá estabilidade no referido cargo no momento em que for publicado ato determinando a sua aprovação no estágio probatório.

QUESTÃO 25

A administração do TRE/MT editou ato permitindo a Francisco instalar gratuitamente, no *hall* de entrada da sede do tribunal, uma pequena banca para a venda de livros jurídicos durante os dois dias em que seria realizado, no auditório do tribunal, um seminário sobre direito eleitoral.

Em relação à situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A O ato é nulo porque toda concessão de uso deve ser precedida de licitação.
- B O ato pode ser anulado caso a autoridade competente passe a entender que é inconveniente a instalação da referida banca de livros.
- C O ato configura exercício de poder de polícia administrativa, na medida em que regula o exercício de direitos.
- D O ato configura permissão de serviço público.
- E O ato configura exercício de poder administrativo discricionário.

QUESTÃO 26

O Estado brasileiro adquiriu de Roberto, mediante contrato de compra e venda, um edifício localizado em Cuiabá – MT para servir como uma nova sede do TRE/MT.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Após a aquisição, o referido edifício tornou-se um bem público dominical afetado a um serviço público típico.
- B O referido contrato de compra e venda deve ser classificado como um contrato administrativo.
- C As partes do referido contrato de compra e venda são Roberto e a União.
- D Atualmente, a propriedade sobre o referido edifício é fato gerador de imposto sobre propriedade predial e territorial urbana.
- E É vedado ao município de Cuiabá – MT determinar o tombamento do referido edifício, por tratar-se de bem integrante do patrimônio de entidade da administração indireta federal.

QUESTÃO 27

O estudo das fontes do direito encontra aspectos deveras sugestivos em amplitude e variedade no direito eleitoral.

As fontes não se isolam como elemento de vínculo exclusivo com o direito eleitoral, em virtude de indilacerável unidade da ordem jurídica em que está integrado. Mas não deixam de contar com elementos próprios, que refletem suas condições peculiares.

Para melhor ordenação lógica, há de se partir da Constituição Federal, que é a fonte suprema de onde promana, em distribuição hierarquizada, a ordem jurídica estatal, estabelecendo conexão formal e padrões de validade à criação e à aplicação do direito em geral.

Fávila Ribeiro. **Direito eleitoral**. 4.ª ed. Forense, 1997, p. 15 (com adaptações).

Tomando o texto acima como referência inicial, assinale a opção **incorreta** a respeito das fontes do direito eleitoral.

- A A Constituição de 1988, ao tratar dos direitos políticos, contempla os elementos que orientam a elaboração da Lei de Inelegibilidades, que tem natureza de lei complementar.
- B Legislar sobre direito eleitoral é competência privativa do Congresso Nacional.
- C A Lei dos Partidos Políticos, por ser orgânica, pode definir a estrutura interna, a organização e o funcionamento dos partidos, cabendo aos estatutos de cada partido apenas disciplinar o texto legal.
- D A Lei de Inelegibilidades proíbe a candidatura de militar que tenha sido considerado indigno do oficialato.
- E O Código Eleitoral confere ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) competência para expedir instruções para sua fiel execução.

QUESTÃO 28

Acerca dos princípios pertinentes ao direito eleitoral e aos direitos políticos de que trata a Constituição Federal, assinale a opção correta.

- A O exercício da soberania popular restringe-se ao sufrágio universal, com valor igual para todos.
- B O alistamento e o voto são facultativos para quem tem mais de 16 anos de idade e menos de 18 anos de idade.
- C O exercício dos direitos políticos não guarda relação com a elegibilidade.
- D Para ser candidato a prefeito de capital, é necessário ter 30 anos de idade, ou mais.
- E Os maiores de 70 anos de idade, em gozo de boas condições de saúde, são obrigados a alistar-se e a votar.

QUESTÃO 29

No Brasil, o Poder Judiciário conta com uma estrutura autônoma, um ramo especializado, destinado a dizer o direito nas lides eleitorais. Cabe à justiça eleitoral julgar os processos eleitorais e também organizar a eleição, do ponto de vista administrativo. Nesse sentido, a Constituição Federal e o Código Eleitoral estatuem os critérios para a organização da justiça eleitoral e a definição de sua competência. A esse respeito, assinale a opção correta.

- A A Constituição Federal determina que lei ordinária disporá sobre a organização e a competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.
- B O vice-presidente do tribunal regional eleitoral será necessariamente um desembargador indicado pelo presidente do tribunal de justiça do estado respectivo.
- C É vedada a recondução de juízes de tribunais eleitorais.
- D Os substitutos dos membros efetivos dos tribunais eleitorais são escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.
- E O presidente da República indica três dos seis advogados escolhidos pelo Supremo Tribunal Federal para ministros do TSE.

QUESTÃO 30

O TSE, com base em seu poder regulamentar, disciplinou o alistamento eleitoral mediante a Resolução nº 21.538/2003. A respeito desse tema, assinale a opção correta.

- A No ano em que completar 16 anos de idade, o cidadão pode alistar-se, caso cumpra os demais requisitos legais.
- B Para transferência do eleitor, é necessário, além da prova de quitação eleitoral, comprovar residência mínima de um ano no novo domicílio.
- C O título eleitoral será confeccionado, obrigatoriamente, à mão, por senha autorizada.
- D É vedado aos partidos políticos examinar, mediante seus delegados, os documentos relativos aos pedidos de alistamento.
- E Cabe ao representante do Ministério Público presidir a revisão eleitoral da zona eleitoral de sua competência.

QUESTÃO 31

Para que alguém, entre nós, possa concorrer a uma função eletiva, é necessário que preencha certos requisitos legais, denominados condições de elegibilidade, e que não incida em nenhuma das inelegibilidades que precisamente constituem impedimento à capacidade eleitoral passiva. As condições de elegibilidade e as inelegibilidades variam em razão da natureza ou do tipo de mandato pretendido.

José Afonso da Silva. *Curso de direito constitucional positivo*. 14.ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 350 (com adaptações).

Considerando o texto acima e com base nas disposições constitucionais e legais sobre elegibilidade e inelegibilidade, assinale a opção **incorreta**.

- A Deputado estadual irmão de governador em exercício não pode ser candidato ao Senado Federal pelo mesmo estado.
- B O vice-prefeito pode candidatar-se a prefeito, ainda que tenha, em qualquer período do mandato, substituído o titular, desde que provisoriamente.
- C A arguição de inelegibilidade de candidato a senador deve ser feita perante o Tribunal Regional Eleitoral.
- D Para candidatar-se ao cargo de governador, o chefe do Gabinete Civil deve afastar-se do cargo seis meses antes do pleito.
- E Diretor do Banco Central pode candidatar-se a deputado federal caso se afaste do cargo seis meses antes do pleito.

QUESTÃO 32

Durante a Constituinte, no amplo receituário de propostas, ressurgiram as formas restritivas e intervencionistas tão a gosto do autoritarismo: voto majoritário, cláusula de barreira, proibição de coligações, cartorialização do partido político. Foram derrotadas. O constituinte optou pelo pluralismo partidário e pela liberdade de organização do partido político, que assegurou uma verdadeira garantia de nenhuma exigência para sua formação, além daquelas que constem da lei civil, para a existência de qualquer organização.

Roberto Amaral e Sérgio Sêrvulo da Cunha. *Manual das eleições*. 2.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 598.

Com base nas disposições constitucionais da matéria objeto do texto acima e na Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995), julgue os seguintes itens.

- I O partido político, conforme a lei, destina-se a questionar a autenticidade do regime representativo.
- II Ao partido político é vedado ministrar instrução militar ou paramilitar aos seus integrantes, podendo, entretanto, adotar vestimenta característica de uniforme, mediante decisão da convenção nacional.
- III A designação da agremiação partidária deve contemplar, necessariamente, a palavra partido.
- IV É facultado ao partido estipular, em seu estatuto, prazo de filiação superior ao previsto na lei para os candidatos a cargos eletivos.
- V Em caso de incorporação, cabe ao partido incorporado deliberar sobre a adoção do estatuto e do programa da outra agremiação.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e V.
- C II e III.
- D III e IV.
- E IV e V.

QUESTÃO 33

Considerando o disposto na Constituição e na Lei nº 9.504/1997 em relação ao processo eleitoral, julgue os itens a seguir.

- I A lei que modifica o processo eleitoral entra em vigor na data de sua publicação mas somente se aplica à eleição que ocorra até um ano após o início de sua vigência.
- II Nos estados com menos de 200 mil eleitores, não há segundo turno nas eleições para governador.
- III Somente há segundo turno no município que contar com mais de 200 mil eleitores, independentemente de esse município ser ou não capital de estado.
- IV Nas eleições proporcionais, os votos em legenda partidária são contados como válidos, para efeito de cálculo do quociente eleitoral.
- V Conforme resolução do TSE a respeito da verticalização, a coligação para deputado estadual deve ser rigorosamente idêntica à coligação para deputado federal.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e V.
- C II e III.
- D II e IV.
- E IV e V.

QUESTÃO 34

De acordo com o disposto na Lei Eleitoral a respeito das convenções e do registro de candidaturas, julgue os itens subseqüentes.

- I É vedada a utilização de prédios públicos para a realização de convenções partidárias, ressalvada a hipótese de aluguel, observado o preço de mercado.
- II Em estado cuja assembléia legislativa tem 24 deputados, cada partido pode, sem coligação, lançar até 48 candidatos a deputado estadual.
- III Os prazos mínimos de domicílio eleitoral e filiação partidária são, respectivamente, de seis meses de residência documentada e de um ano de filiação registrada.
- IV É vedada a expulsão de candidato de seu partido, após a homologação do seu nome pela convenção partidária.
- V O número de pessoas do sexo masculino que compõem a lista de candidatos deve ser de, no mínimo, 30% do total de candidatos.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e III.
- D II e V.
- E IV e V.

QUESTÃO 35

Considerando o disposto na legislação eleitoral a respeito da propaganda e dos crimes eleitorais, assinale a opção **incorreta**.

- A A distribuição de folhetos e volantes, no período em que a propaganda eleitoral é permitida, independe da obtenção de licença municipal e de autorização da justiça eleitoral.
- B O uso de símbolos ou imagens semelhantes aos utilizados pelo governo constitui crime punível com pena de detenção ou prestação alternativa e multa.
- C A captação de sufrágio mediante promessa de emprego ou função pública, ou outra vantagem pessoal, constitui crime punível com a cassação do registro ou diploma.
- D É vedado às emissoras de rádio e TV conferir tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação.
- E Os partidos são obrigados a distribuir o tempo de propaganda no rádio e na TV igualmente entre todos os candidatos, sob pena de infração ao princípio da isonomia.

QUESTÃO 36

Para a garantia da lisura do processo eleitoral, a Lei n.º 9.504/1997 estabelece critérios para a fiscalização das eleições e enumera quais condutas são vedadas aos agentes públicos durante campanhas eleitorais. Com relação a esses temas, julgue os seguintes itens.

- I É facultado aos partidos políticos e coligações fiscalizar todas as fases do processo de votação e apuração, inclusive o desenvolvimento dos programas de computador de propriedade do TSE.
- II Realizar a carga ou a preparação de urna eletrônica em local público constitui crime.
- III Causar, intencionalmente, dano físico a equipamento usado na votação constitui crime, punível com reclusão de cinco a dez anos.
- IV É permitida a cessão de servidores públicos, desde que ocupantes de cargos efetivos, para trabalhar nos comitês eleitorais partidários oficialmente registrados.
- V Durante o processo eleitoral, é vedada a nomeação ou exoneração de servidor ocupante de cargo em comissão, assim como a dispensa de servidor ocupante de função de confiança.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e V.
- C II e III.
- D II e IV.
- E IV e V.

QUESTÃO 37

Acerca da ação civil pública e da ação popular, assinale a opção correta.

- A O Ministério Público não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública com o objetivo de condenar o Estado por danos materiais e morais a indenizar os usuários do serviço público de saúde que sofreram prejuízos ou os familiares dos usuários falecidos em decorrência da deficiência dos serviços prestados pelo corpo clínico de um dos hospitais da rede pública.
- B A ação civil pública é cabível para a declaração incidental de inconstitucionalidade de ato do Poder Legislativo, quando essa declaração é questão prejudicial ao pedido principal.
- C Os associados que integram a relação nominal apresentada por associação de classe proponente da ação civil pública são os únicos beneficiados pelos efeitos da sentença nela proferida, que julgou favoravelmente o pedido inicial, ainda que a sentença tenha estendido os seus efeitos a todos os associados da autora que sejam domiciliados nos limite da competência territorial do juiz sentenciante.
- D A declaração incidental de inconstitucionalidade na ação civil pública faz coisa julgada material *erga omnes* no âmbito da vigência espacial da lei ou do ato normativo impugnado.
- E O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública ou ação popular, concomitantemente, visando o ressarcimento de danos causados ao erário por agentes públicos.

QUESTÃO 38

Em relação aos sujeitos do processo, assinale a opção correta.

- A O litisconsórcio unitário é também necessário, pois, sendo incindível o objeto do processo não só impede que se profiram decisões conflitantes em relação aos litisconsortes, como também exige que todos os integrantes da relação material participem do processo. Assim, as razões que levam à integridade também conduzem à necessidade.
- B Quando o Ministério Público atua no processo em defesa de direito de incapaz, ele o faz como assistente litisconsorcial, ou seja, ele age autorizado por lei, podendo praticar todos os atos que, em tese, seriam em benefício do assistido.
- C Na causa pendente entre duas ou mais pessoas, o terceiro que tiver interesse jurídico de que a sentença seja favorável a uma delas pode ingressar no feito para assisti-la. O assistente assume a condição de parte independente, admitindo-se, inclusive, que, em defesa de seu interesse, adote providências contrárias aos interesses do assistido.
- D Na denunciação da lide promovida pelo réu, pode a sentença condenar diretamente o denunciado a compor os prejuízos reclamados pelo autor se restar comprovado ter sido ele o causador direto dos danos sofridos por aquele.
- E O litisconsórcio, instituto que se refere à pluralidade de partes, só tem lugar no processo de conhecimento. Na execução, é incompatível que figurem vários credores ou devedores no mesmo processo executivo, ainda quando haja solidariedade.

QUESTÃO 39

A respeito dos recursos, assinale a opção correta.

- A As sentenças e os acórdãos que contenham omissões, obscuridades ou contradições devem ser atacados por meio dos embargos de declaração. Se as decisões interlocutórias contiverem vícios dessa natureza, serão impugnadas por agravo de instrumento.
- B Quando o relator verificar que o agravo de instrumento não preenche os pressupostos para a sua admissibilidade, deve converter o agravo de instrumento em agravo retido, remetendo os autos ao juízo da causa, onde serão apensados aos principais.
- C Se o tribunal der provimento ao recurso por reconhecer a ocorrência de cerceamento de defesa alegada pelo recorrente, deve reformar a sentença, determinando o retorno dos autos à instância inferior para que se dê à parte a oportunidade de produzir a prova que lhe foi negada.
- D A desistência do recurso não equivale à renúncia, pois a desistência é a revogação da manifestação de recorrer já realizada, enquanto a renúncia antecede a manifestação de recorrer. A renúncia é a aceitação da decisão, o conformismo com o conteúdo da decisão, revelada por atos incompatíveis e sem reservas.
- E Para interposição de recurso, conta-se o prazo da data em que a decisão foi proferida na audiência ou sessão de julgamento se o advogado da parte estava presente ao ato. Não sendo este o caso, o prazo recursal começa a correr na data da publicação do resultado do julgamento no Diário Oficial.

QUESTÃO 40

Acerca dos contratos, assinale a opção correta.

- A Foi firmado um contrato de prestação de serviços entre João e Pedro e, posteriormente, entre os mesmos contratantes foi celebrado um contrato de locação de bem imóvel. Nesse caso, se Pedro tornar-se inadimplente no contrato de prestação de serviço, João poderá alegar a exceção do contrato não-cumprido e compensar os danos sofridos, deixando de pagar os aluguéis do imóvel locado de Pedro.
- B Em um contrato firmado entre duas pessoas, não se podem pactuar benefícios nem criar obrigações para uma pessoa estranha à formação do vínculo contratual, não sujeita, portanto, às condições e normas do contrato. Por ser de caráter pessoal o vínculo obrigatório entre as pessoas que participaram do ajuste, não poderá o terceiro reclamar o cumprimento da obrigação nem ser compelido a executá-la.
- C A venda sobre documentos caracteriza-se por retirar do âmbito das responsabilidades do vendedor a entrega da coisa objeto do contrato, substituindo-a pela entrega do título que a representa e de outros documentos, conforme previsão contratual.
- D Em um contrato de prestação de serviços por prazo determinado, qualquer dos contratantes pode rescindir unilateralmente o contrato desde que pague a multa penitencial.
- E Os vícios da lesão e da onerosidade excessiva justificam a anulação do contrato, por serem fato superveniente ao negócio, capaz de romper o equilíbrio real e violar o princípio da equivalência material dos contratos.

QUESTÃO 41

João planejou furtar móveis de determinada residência. No entanto, já no interior do imóvel, se arrependeu e desistiu de prosseguir na execução do crime.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca do arrependimento voluntário de João, considerando a doutrina do direito penal.

- A Pelo fato de ter-se arrependido voluntariamente, João não responderá pelos atos já praticados.
- B João pode ser beneficiado com o perdão judicial.
- C Cria-se, em favor de João, uma causa pessoal de isenção de pena.
- D Se condenado por sentença judicial transitada em julgado, João terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- E João não pode receber nenhum benefício por seu arrependimento voluntário.

QUESTÃO 42

Determinado prefeito, nos dois últimos quadrimestres do último ano de seu mandato, autorizou a prefeitura a assumir obrigação cuja despesa não podia ser paga no mesmo exercício financeiro, restando parcela a ser paga no exercício seguinte, para a qual não existia contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.

Com relação à situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A O prefeito poderá ser responsabilizado, na esfera penal, pela prática do crime de peculato.
- B O sucessor do prefeito deverá pagar a obrigação assumida pelo seu antecessor, sob pena de também ser responsabilizado penalmente.
- C O prefeito poderá ser responsabilizado, na esfera penal, pela prática do crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- D O prefeito poderá ser responsabilizado, na esfera penal, pela prática de crime contra as finanças públicas.
- E O prefeito poderá ser responsabilizado, na esfera penal, pela prática do crime de prevaricação.

QUESTÃO 43

Pedro, funcionário público civil, está sendo processado como incurso no art. 312, *caput*, do Código Penal (peculato), por haver-se apropriado de dinheiro, de que tinha a posse em razão do cargo, em proveito próprio. Oferecida a denúncia pelo Ministério Público, o juiz da vara criminal, pela qual tramita o processo, determinou sua citação para oferecimento de sua defesa prévia.

Em face da situação hipotética acima, assinale a opção que corresponda à correta maneira de se promover a citação de Pedro.

- A Por meio de ofício requisitório ao superior hierárquico, que deve confirmar ao juiz a ciência do acusado.
- B Por mandado de citação para o servidor e notificação para o chefe.
- C Por meio da requisição do réu.
- D Por mandado de citação para o chefe e notificação para o servidor.
- E Por mandado de citação ao servidor e ofício requisitório ao superior hierárquico.

QUESTÃO 44

Sabendo-se que a busca da verdade real e o sistema do livre convencimento do juiz, que conduzem ao princípio da liberdade probatória, levam a doutrina a concluir que não se esgotam nos artigos 158 e 250 do Código de Processo Penal os meios de prova permitidos na legislação brasileira, conclui-se que a previsão legal não é exaustiva, mas exemplificativa, sendo admitidas as chamadas provas inominadas. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- A Ilícitas são as provas que contrariam normas de direito processual.
- B Ilegítimas são as provas que contrariam normas de direito material.
- C Admite-se, no ordenamento jurídico pátrio, a obtenção de provas por meios ilícitos, mas não ilegítimos.
- D Admite-se, no ordenamento jurídico pátrio, a obtenção de provas por meios ilegítimos, mas não ilícitos.
- E Ilícitas são as provas que afrontam norma de direito material.

QUESTÃO 45

Entre os princípios fundamentais da administração pública, encontram-se a descentralização e a desconcentração. Quanto ao princípio da descentralização, julgue os itens a seguir.

- I A descentralização pressupõe a existência de uma pessoa distinta da pessoa do Estado.
- II O ente descentralizado age sem necessitar de outorga do serviço ou atividade, ou de delegação para a sua execução, mas sempre em nome próprio.
- III A fundação pública, resultante do processo de descentralização, é uma pessoa jurídica de direito público que realiza atividades apenas de interesse público.
- IV Os ministérios e os órgãos de assessoramento da Presidência da República são decorrências do processo de descentralização.
- V Os entes descentralizados são provenientes da divisão do trabalho do Estado, visando a sua eficiência.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e V.
- C II e III.
- D III e IV.
- E IV e V.

QUESTÃO 46

Quanto ao princípio da desconcentração, julgue os itens seguintes.

- I A desconcentração administrativa significa repartição de funções entre vários órgãos de uma mesma administração, sem haver impacto negativo na estrutura hierárquica.
- II Na desconcentração, assim como na descentralização, a execução das atividades ou a prestação de serviços pelo Estado é direta e imediata.
- III As autarquias e fundações são entes resultantes do processo de desconcentração administrativa.
- IV Os processos de descentralização e desconcentração são efetivados por meio de atos administrativos, mediante previsão legal.
- V A desconcentração é basicamente um processo de distribuição de competências desenvolvido pelos órgãos, como ocorre no Conselho Nacional de Política Energética, na Casa Civil, entre outros.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e V.
- B I, III e IV.
- C I, IV e V.
- D II, III e IV.
- E II, III e V.

QUESTÃO 47

Com relação à administração direta e indireta, assinale a opção **incorreta**.

- A Os ministérios são órgãos autônomos que compõem a estrutura direta da administração pública federal.
- B A administração indireta é constituída de serviços atribuídos a pessoas jurídicas diversas da União, públicas ou privadas, vinculadas a um ministério, mas administrativa e financeiramente autônomas.
- C Administração direta é o conjunto de órgãos integrados na estrutura administrativa da União. A exemplo, tem-se o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Controladoria-Geral da União, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entre outros.
- D As pessoas jurídicas integrantes da administração indireta — autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista — apresentam pontos em comum: são criadas por lei específica, possuem personalidade jurídica e patrimônio próprios.
- E A administração indireta existe não somente no Poder Executivo como também nos Poderes Judiciário e Legislativo.

QUESTÃO 48

Em relação à administração direta e indireta, assinale a opção correta.

- A Considere a seguinte situação hipotética.
Charles Rogers nasceu em Santa Mônica, Califórnia, Estados Unidos da América, em março de 1979. Desde 1985, mora em Caldas Novas – GO. Em 1990, naturalizou-se brasileiro e, em janeiro de 2004, submeteu-se a um concurso público federal, pleiteando o cargo de administrador, e foi aprovado. Em maio de 2004, ele foi convocado. A autoridade competente, porém, não permitiu a sua investidura no cargo por ele não ser um brasileiro nato.
Nessa situação, a autoridade competente agiu corretamente.
- B Considere a seguinte situação hipotética.
Marilda, com 65 anos de idade, é servidora pública aposentada desde 2002. Em 2003, foi aprovada em concurso público para um cargo efetivo cuja acumulação com o cargo no qual foi aposentada era incompatível na ativa.
Nessa situação, o impedimento para acumulação dos cargos não permanece, pois trata-se de um servidor aposentado.
- C Um servidor público que adquire as condições constitucionais de servidor estável não pode ser exonerado nem demitido sem que haja um processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou em virtude de sentença judicial transitada em julgado, ou ainda mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada ampla defesa.
- D Considere que determinado servidor público estável sofra pena de demissão que, por sentença judicial seja invalidada, por ter sido considerada ilegal. Nesse caso, o servidor público estável demitido deverá ser reconduzido ao cargo de origem.
- E O servidor público que causar danos a terceiro no exercício de suas funções responderá apenas quando houver a comprovação da existência de dolo de sua parte. Nesse caso, responderá em ação regressiva, proposta pela pessoa jurídica de direito público que respondeu pelos danos causados pelo agente.

QUESTÃO 49

Entre os membros do TRE/MT, deve haver

- A dois desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJ/MT), que ocuparão a presidência e a vice-presidência do TRE/MT.
- B dois juízes de direito do estado de Mato Grosso, eleitos pelos seus pares.
- C um juiz do tribunal regional federal com jurisdição sobre o estado de Mato Grosso, eleito pelo tribunal mediante voto secreto.
- D um membro do Ministério Público Eleitoral, indicado pelo procurador regional eleitoral.
- E um advogado, escolhido pelo governador do estado de Mato Grosso em uma lista tríplice elaborada pelo TJ/MT.

QUESTÃO 50

É competência do TRE/MT

- I autorizar a realização de concurso para provimento de cargo de juiz eleitoral.
- II diplomar os eleitos para os cargos de deputado federal pelo Mato Grosso.
- III processar o registro de candidato ao cargo de governador do Mato Grosso.
- IV julgar crime eleitoral cometido por prefeito de município do estado de Mato Grosso durante campanha eleitoral de reeleição.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a folha de **TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na folha de **texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo.

A saúde das democracias, quaisquer que sejam seu tipo e seu grau, depende de um mísero detalhe técnico: o procedimento eleitoral. Tudo o mais é secundário. Se o regime dos comícios é acertado, se se ajusta à realidade, tudo vai bem; se não, embora o resto marche otimamente, tudo vai mal.

Ortega y Gasset. A rebelião das massas. Rio de Janeiro: Livro Ibero Americano, 1959, p. 206.

Considerando que o fragmento acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do sistema eleitoral brasileiro, posicionando-se acerca da garantia de segurança jurídica estabelecida pela Constituição Federal e levando em conta a circunstância de que a lei eleitoral é permanente, não se destinando à disciplina de uma única eleição, em contraste com a história eleitoral do Brasil. Inclua, necessariamente, em sua argumentação, os seguintes tópicos:

- ▶ princípio da anterioridade (ou da anualidade) da Lei Eleitoral (art. 16 da Constituição Federal);
- ▶ natureza jurídica da lei eleitoral vigente (Lei n.º 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições);
- ▶ tradicional casuísmo da legislação eleitoral, no Brasil;
- ▶ relação entre a lisura do procedimento eleitoral e a legitimidade do governo eleito.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

